

ARTIGOS ORIGINAIS

A extensão universitária da FAEM/UFPel sob a ótica da extensão rural: rumo para qual desenvolvimento?

The university extension of FAEM/UFPel from the perspective of rural extension: a way for which development?

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar que tipo de extensão predomina na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), observando o caso da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM). A investigação foi predominantemente qualitativa, do tipo descritiva-exploratória e utilizou o método de estudo de caso, uma vez que se procurou realizar uma análise minuciosa das características de uma única organização. Para identificar, antes foi caracterizada a extensão em dois grandes grupos: diretiva e dialógica, as quais estão interligadas aos modelos de desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural, respectivamente. A análise dos dados coletados foi através da análise conteúdo. A categorização dos dados demonstrou que a prática de extensão da FAEM/UFPel está centrada na concepção extensionista diretiva, nativa da fase difusionista-productivista-modernizador do desenvolvimento agrícola.

Palavras-chave: Extensão universitária. Extensão rural. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This research aims to identify which type of extension is predominant in the Federal University of Pelotas (UFPel), based on the case of the Faculty of Agronomy Eliseu Maciel (FAEM). The study was predominantly qualitative, descriptive, exploratory and used the case study method, since it proposed an analysis of the characteristics of a single organization. The extension has been characterized into two major groups: directive and dialogue, which are linked to agricultural development and rural development respectively. The data analysis was by content analysis. The categorization of the data showed that the practice of extension in FAEM/UFPel is focused on extension

Darlan Pez Wociechoski

Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais na Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil (darlanpez@gmail.com).

Alisson Eduardo Maehler

Doutor em Administração (Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil; estágio de doutorado (doutorado sanduíche) no Instituto Superior de Economia e Gestão pela Universidade de Lisboa, Portugal; professor adjunto II na Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; líder do Núcleo de Estudos em Estratégia, Conhecimento e Inovação (NEECI) (alisson.maehler@gmail.com).

directive, native of the phase diffusionist-productivist-modernization of agricultural development.

Keywords: University extension. Rural extension. Rural development.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os rumos da educação superior tomam grande importância no contexto cultural, econômico, social e político brasileiro. Ao longo da história, em diferentes partes do mundo, as universidades se configuraram como espaço cultural de construção de conhecimento desinteressado e também como importante instrumento de cunho socioeconômico para aplicação de conhecimentos no desenvolvimento dos territórios aos quais pertencem. Sejam por meio das pesquisas, atividades de extensão ou dos recursos humanos formados.

Prova disso é o significativo crescimento e a abrangência dos cursos de graduação nas últimas décadas. Inicialmente, em grande parte, pelas Instituições de Educação Superior (IES) privadas, devido ao modelo político neoliberal adotado no governo Fernando Henrique Cardoso, que incentivou o acesso aos cursos de graduação privados, inclusive com programas de financiamento estudantil. Posteriormente, as IES federais atravessaram um expressivo processo de expansão, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciado no governo Luiz Inácio Lula da Silva. A educação superior brasileira nesse período, além de reforçar os programas de incentivo ao acesso em IES privadas, também aumentou significativamente o acesso a universidades públicas. Nesse momento, o papel da universidade pública também passa a ser rediscutido, em específico, na sua atuação junto à comunidade da qual faz parte.

Paralelo a essa mudança na educação superior brasileira, surge também um redesenho nas abordagens do desenvolvimento propostas para o meio rural. O desenvolvimento rural inicialmente era compreendido em sua vertente mais economicista como desenvolvimento agrícola, devido ao seu foco quase exclusivo à produção agrícola. Ou seja, o meio rural era entendido apenas como sinônimo de produção de alimentos, fibras, madeira etc. No entanto, essa visão de setor único foi mudada, como alude Silva (1997), ao destacar que setores da economia característicos do meio urbano estão cada vez mais presentes,

desde a década de 1980, também no rural. Como alude o autor, devido, em parte, a meios como a pluriatividade que possibilitam o aumento da renda dos habitantes rurais ao mesclar atividades agrícolas e não agrícolas. Nesse sentido, o meio rural passou a ser considerado também como local de prestação de serviços, de moradia primária e secundária e de preservação dos recursos naturais (WANDERLEY, 2000).

Essa mudança na concepção do desenvolvimento rural recebeu contribuições de vários enfoques e diversas abordagens que buscavam um acompanhamento do crescimento econômico com redução das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, surge o conceito de sustentabilidade, a qual prima por um desenvolvimento que leve em conta os aspectos sociais, econômicos e ambientais, além da abordagem territorial do desenvolvimento, que, imbricado, procura uma valorização das características endógenas dos territórios.

Compreender essas mudanças e tomar protagonismo no desenvolvimento dos territórios na qual estão inseridas é fundamental para as universidades públicas brasileiras. Ações que contribuam para isso podem partir das atividades de ensino-pesquisa-extensão. Mas, ao se tratar do meio rural, sabe-se que as atividades de extensão sempre tiveram protagonismo. Aliás, a extensão rural brasileira tem sua gênese na extensão universitária americana (NOGUEIRA, 2001; PEIXOTO, 2008; SOUSA, 2000, 2001; ROCHA, 2001). Refazer a aproximação entre os campos da extensão universitária e a extensão rural é o pano de fundo desse estudo.

Para tanto, o recorte aqui estabelecido abriga uma aproximação inicial sobre as relações entre universidade e desenvolvimento rural, no que tange a extensão rural universitária da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Nesse sentido, configura-se como resultado descritivo-exploratório na medida em que o objetivo desta pesquisa é identificar qual a concepção de extensão rural predominante na instituição, em específico na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM). A escolha dessa Faculdade justifica-se pelo compromisso social da instituição com a comunidade rural na qual está inserida. Para isso, foi realizada uma revisão teórica sobre as principais concepções de desenvolvimento e de extensão rural brasileira. Em um segundo momento, a metodologia de análise dos projetos de extensão

é apresentada, seguida dos resultados, bem como das considerações finais.

REVISÃO TEÓRICA

O presente referencial apresenta algumas obras que tratam de suas diferentes abordagens e concepções do desenvolvimento rural e da extensão rural. Existem diversas visões do desenvolvimento, além das inúmeras adjetivações, abordagens e enfoques emergentes (VEIGA, 2002; SCHNEIDER, 2004; FAVARETO, 2006). Também são apresentadas diferentes fases e interpretações do extensionismo rural brasileiro.

Contudo, especificamente para este estudo, considera-se que o recorte das teorias e análises elencadas nesta revisão sejam as essenciais para situar-nos numa discussão do papel da universidade para o desenvolvimento rural do seu território. Em específico quando a extensão rural-universitária é a articuladora do mesmo.

Apesar da descrição da trajetória estar mais inclinada sob o ponto de vista das organizações de extensão rural, compreendemos, aqui, que os modelos de extensão, como processo, seguidos por organizações de extensão rural ou universidades, estão orientados pelos mesmos princípios da educação não formal. Antes, porém, é importante destacar inicialmente uma confusão existente entre extensão rural e assistência técnica. Segundo Peixoto (2008), a assistência técnica não apresenta necessariamente um caráter educativo, enquanto que a prática extensionista pressupõe esse viés. Nesse sentido, a assistência técnica limita-se a resolver questões técnicas do setor agropecuário, ao passo que, a extensão abarca um entendimento maior, incluindo a valorização e o empoderamento dos atores sociais do meio rural através da educação, para que os mesmos colaborem na identificação dos problemas e na escolha da melhor metodologia para sua resolução.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, a corrente teórica que fundamentou as ações mais explícitas para extensão rural foi a de desenvolvimento econômico.

Nesse pensamento, havia uma setorização das atividades. O rural era considerado um setor de produção agropecuária, visão esta presente nos teóricos do desenvolvimento agrícola. Um exemplo é encontrado nas descrições de Accarini (1987) sobre o setor rural, o qual é responsável pela produção de alimentos de origem vegetal, bem como de madeira, fibras têxteis, couro, papel etc., e que sem um setor rural forte não há desenvolvimento em nenhum país. Ainda na visão de Accarini (1987), o setor rural é de alto risco, devido a sua dependência de condições ambientais para a produção. Como alternativa para diminuição do risco está o incremento de tecnologias no processo produtivo, tais como fertilizantes, sementes, máquinas agrícolas, agrotóxicos – característicos de uma produção em grande escala.

O debate teórico do desenvolvimento econômico tem o modelo de crescimento em estágios e o modelo dualista, tendo em comum a mesma visão setorial e o mesmo cerne produtivista que, em geral, transparecem nas mesmas ideias de tecnologias a serem aplicadas na produção agrícola, na criação de um excedente agrícola, na diminuição da disposição de mão de obra na agricultura para deslocar para outros setores não agrícolas, entre outros juízos. As diferenças nessas teorias aparecem também na metodologia dos estudos, em seus modelos empíricos ou em suas análises históricas e nas diferenças nos países analisados.

É possível também compreender esse cenário a partir da análise de Ruttan (1975). Conforme o autor, os estudos iniciais sobre o assunto insistiam nas contribuições do desenvolvimento agrícola e industrial para o crescimento econômico, perpassando uma visão do crescimento urbano-industrial para a de desenvolvimento agrícola até chegar aos estudos que tentam explicar o desenvolvimento econômico como formado, primordialmente, por um importante superávit agrícola. Assim, Ruttan (1975) utiliza-se dos estudos das duas principais vertentes, do setor duplo e setor principal, para indicar a preocupação em explicar como ocorre o excedente agrícola e como fazer para mantê-lo. Tanto as generalizações empíricas dos teóricos do crescimento em estágios, como os estudos dos economistas dualistas das relações analíticas relevantes e testadas empiricamente, permanecem incapazes de explicar o desenvolvimento econômico e auxiliar a formulação de políticas econômicas consistentes. Apesar disso, o “papel dos modelos de crescimento não é de prover um conhecimento profundo direto

para decisões políticas” (RUTTAN, 1975, p. 172).

No entanto, as duas correntes são “consistentes com a proposição de que o fracasso para conseguir uma agricultura tecnicamente progressista pode comprometer todo o processo do crescimento econômico” (RUTTAN, 1975, p. 172). Nesse sentido, é percebida que a estrutura analítica de desenvolvimento econômico já orienta para conexão de uma política econômica com política tecnológica agrícola. No entanto, o desenvolvimento econômico clássico começou a enfrentar alguns problemas e limites atrelados ao próprio modelo agrícola produtivista (SCHNEIDER, 2004; WANDERLEY, 2000), que estaria em fase de superação (SCHNEIDER, 2004).

São três as dimensões da “crise” da modernização da agricultura iniciada nos anos de 1980. A dimensão econômica decorreu em destaque da superprodução sem a devida demanda; a dimensão social, da desocupação de mão de obra da agricultura causada pela implementação de tecnologias; e a dimensão ambiental, pelo uso indiscriminado de agroquímicos e degradação dos recursos naturais (WANDERLEY, 2000 apud LAMARCHE, 1993).

Gerou-se, através dessa conjuntura, um debate entre os estudiosos com a finalidade de repensar as concepções de desenvolvimento, tendo na pauta “a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental” (SCHNEIDER, 2004, p. 7).

No caso brasileiro, Graziano Neto (1982), em sua crítica ecológica à agricultura moderna produtivista, já destacava a problemática ecológica. Essa questão se inicia desde a evolução do homem, pautada pela luta à sobrevivência, até os problemas ambientais que envolvem a agricultura moderna, bem como o pensamento capitalista subjacente a ela. Isso porque as tecnologias modernas são concebidas para o controle de todas as variáveis possíveis no ambiente em que foram planejadas, de modo a apresentar o melhor planejamento e desempenho em um ambiente modificado e, por vezes, excessivamente degradado, sem a complexidade da fauna e flora nativas interferindo nos campos e lavouras. O que agrava a situação, segundo o autor, decorre da inadequação tecnológica às condições do Brasil, como a introdução de técnicas sofisticadas e intensivas em capital num país

pobre e com farta disponibilidade de mão de obra (GRAZIANO NETO, 1982).

Bursztyn (1995), numa ótica conciliatória, busca nos campos da economia e da ecologia algumas convergências para o desenvolvimento sustentável. O autor explica que o consumo da natureza e suas relações com o aumento demográfico são concomitantes, bem como o patamar tecnológico que algumas nações alcançam para acumular e explorar mais a natureza. Os paradigmas teóricos da economia apresentam a natureza como meio de produção de riquezas em uma relação de oposição entre economia e ecologia. Nesse sentido, Bursztyn (1995) insiste na problemática do crescimento populacional e os limites do crescimento, além da necessidade de valores morais para um consumo mínimo dos recursos, cercado pelo imperativo de uma sociedade solidária e de uma ciência voltada à produção de conhecimentos úteis para o benefício de todos.

Sachs (1993) asseverava essa visão sustentável, multidimensional e conciliadora para enfrentamento dos problemas da sociedade, a qual não prima exclusivamente pela conservação dos recursos naturais, nem tampouco somente ao aspecto econômico. Fez isso ao demonstrar as diferentes forças atuantes no desenvolvimento.

Pensando em um novo modelo de sociedade, Sachs (1993) elencou inicialmente cinco dimensões à sustentabilidade: Social (equidade na distribuição de renda e de bens); Econômica (gerenciamento eficiente dos recursos e do seu fluxo); Ecológica (aumentar a produtividade, limitar o consumo, reduzir a poluição, preservação e conservação ambiental); Espacial (reconfiguração territorial, agricultura moderna, industrialização descentralizada, reservas naturais e de biosfera); e Cultural (desenvolvimento sustentável local, o ecossistema, a cultura e a área).

Em meio a essa busca pela revalorização dos indivíduos que fazem parte do espaço rural, entra em curso um repensar do rural e da ruralidade de modo a incorporar os imperativos da sustentabilidade e, destacadamente, a valorização dos atores sociais. De uma visão baseada em um setor da economia responsável pela produção de alimentos, fibras e demais matérias primas, agora o rural passa a ser compreendido como um espaço plural, de produção de alimentos, de moradia primária ou secundária, de conservação dos recursos

naturais, de turismo. Wanderley (2000) assevera o surgimento dessa nova ruralidade, apontando o rural como espaço dinâmico e permeado de conflitos, em especial sobre aquelas que dizem respeito ao uso agrícola e a preservação ambiental. Conforme Wanderley (2000, p. 88): “O ‘rural’ não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica que se transforma.” Até mesmo, classificar o que é meio rural não é simples, os critérios de classificação são bastante variados em diferentes países do mundo (WANDERLEY, 2000).

Essa visão de uma nova ruralidade surge como categoria de análise para contrapor a antiga visão dicotômica campo-cidade que apontava para uma supressão do rural pelo urbano. Esse fim do rural devia-se a subordinação da agricultura à indústria, tendo o rural como sinônimo de atrasado e o urbano-industrial como moderno, o qual intensificava o êxodo rural devido ao domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo (WANDERLEY, 2000; SILVA, 1997). Na mesma linha, Silva (1997) denota a dificuldade atual de diferenciar urbano e rural, tendo em vista as transformações que os espaços rurais passaram a incorporar, por exemplo, o setor industrial e o setor de serviços; uma vez que, anteriormente o rural era concebido apenas como setor de produção agropecuária.

É indiscutível com o exposto, a pertinência do debate da nova ruralidade para uma reorientação das políticas de desenvolvimento rural. Como destaca Silva (1997) essa nova visão de rural foi incorporada em 1992 pela Política Agrária Comum Europeia, sendo essa a mesma política que incorporou o aspecto espacial do desenvolvimento, o qual atualmente é nomeado como abordagem territorial. Para Wanderley (2000), essas novas políticas abandonam o caráter setorial e direcionam para uma regulação territorial. Em sua análise da face territorial do desenvolvimento, Veiga (2002, p. 1) introduz a crítica aos que trabalham com “tendência relativamente comum de se amalgamar desenvolvimento e urbanização, como fazem os que afirmam ser impossível que uma área rural se desenvolva sem que se torne automaticamente não rural”.

Conforme Wanderley (2000, p. 116), a abordagem territorial

tem como pressuposto o reconhecimento político da necessidade de integração

aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional, dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, por meio da valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território, sejam eles ou não associados às atividades agrícolas.

É um processo de mobilização dos atores como forma de adaptar-se aos limites externos, centrando-se na identificação cultural do território. É uma abordagem que nasce a partir de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico, até anterior a busca da especificação de produtos (PECQUEUR, 2005). Com isso, percebe-se que o desenvolvimento territorial envolve decisivamente a mobilização dos atores sociais na sua construção, como na construção dos mercados. Não ocorrendo como outras formas de desenvolvimento, de forma verticalizada, a partir de políticas públicas que atribuam papel passivo dos seus participantes no processo de desenvolvimento ou que considerem a existência de um mercado único e regulador de tudo. Porém, é possível que tais políticas públicas sejam mobilizadoras e estimuladoras do processo dessa dinâmica de desenvolvimento. Pois, “esse modelo não se desenvolve espontaneamente; exige uma ação pública adequada” (PECQUEUR, 2005, p. 20). A extensão rural pública é, nesse sentido, uma importante ação política que interfere diretamente na mobilização destes atores.

Extensão rural

Diversos autores descrevem a trajetória da extensão rural brasileira. Caporal (1998) descreve com profundidade a existência de ao menos quatro “filosofias” extensionistas encontradas em momentos chave da história brasileira, que possuem características típicas e interferiram na formação deste campo de conhecimento. Outros autores fazem também uma divisão semelhante nos princípios que regeram o extensionismo rural, alguns apontando apenas três fases e com denominações diferentes, como por exemplo, Rodrigues (1997), Sepulcri (2005), Lisita (2005) e outros estudos citados, inclusive, por Caporal (1998). Mas, a distinção principal percebida entre os estudos é a quarta fase adicionada por esse autor na descrição da extensão rural brasileira, que, aliás, alicerça a compreensão da “nova” assistência

técnica e extensão rural em vigor até os dias atuais, considerada como extensão rural agroecológica.

As quatro fases estabelecidas por Caporal (1998) são: “familiar assistencialista”, iniciado em 1948 até 1960; “produtivismo modernizador”, de 1961 a 1980; “crítico reflexivo”, de 1980 a 1990; e “transição ambientalista”, que teve início a partir dos anos de 1990. O autor assevera que “los tres últimos no se completaron y que características del primer continuarían a ser dominantes en la actualidad” (CAPORAL, 1998).

Segundo Caporal (1998), o período “familiar assistencialista” tinha o “objetivo educativo y la concepción de la mejora de las condiciones de vida de las familias rurales constituían la orientación clave” dessa ação extensionista, sendo este trabalho realizado, em geral, por agrônomos e economistas domésticas, considerados “sacerdotes” responsáveis pela ajuda às comunidades e famílias. A visão científica que estava implícita neste período é encontrada pelo autor em sua análise de documentos do Centro de Treinamento do Sul de 1964, quando a entidade conceitualizava comunidade como “un grupo de personas que viven en un área definida y que forman una unidad cultural integrada, tal como un todo, compuesto por partes interdependentes” (CAPORAL, 1998 apud CETREISUL, 1964, p. 73).

As ações extensionistas direcionavam-se, desta forma, a melhorar as atividades domésticas e a produção agrícola, por meio de formação de lideranças que ajudassem no desenvolvimento das localidades a partir da difusão das práticas ensinadas.

Deve-se assinalar que os principais beneficiários eram os pequenos agricultores e suas famílias que recebiam os programas de bem estar no meio rural, mas já estava atrelada a presença do crédito rural supervisionado como medida de incentivo a adoção de novas técnicas agrícolas (CAPORAL, 1998; LISITA, 2005; RODRIGUES, 1997; SAPULCRI, 2005).

Desde el inicio, junto con la actividad de extensión fue instituido el llamado “crédito rural supervisado”, como un instrumento para facilitar la adopción de las prácticas llevadas por los extensionistas, por parte de las familias de

pequeños agricultores carentes de recursos. Como rememora uno de los pioneros del extensionismo, “el pequeño agricultor era considerado un marginado de la sociedad en quien el sistema financiero no confiaba”, razón por la cual, este tipo de crédito rural asociado a la actividad de extensión y aplicado mediante proyectos dirigidos a la agricultura y a la mejora de condiciones sociales (vivienda, agua potable, etc.), pasaría a ser ofrecido como una alternativa para que los beneficiarios y sus familias mejorasen sus condiciones de vida. (CAPORAL, 1998, p. 77).

O método de ensino utilizado era o de “ensinar a fazer fazendo” (RODRIGUES, 1997; SAPULCRI, 2005). De acordo com Sapulcri (2005, p. 76) assinala ainda que “o diagnóstico, o planejamento das atividades e as alternativas propostas para a solução dos problemas diagnosticados eram definidos basicamente pelos extensionistas, portanto de forma verticalizada”.

Nesse modelo extensionista, conforme afirma Caporal (1998), não havia uma ligação direta com um plano de desenvolvimento brasileiro. No entanto, o período que o sucede incorpora explicitamente a abordagem desenvolvimentista. A fase “produtivista modernizadora” era destinada ao aumento da produtividade das médias e grandes propriedades. Propriedades estas que se destinavam à produção de *commodities* para exportação e recebiam incentivos financeiros governamentais. Enquanto isso, as pequenas propriedades eram desestimuladas com o nítido objetivo de ofertar ampla e, por isso, barata mão de obra para o setor industrial-urbano através do êxodo rural.

Esta visão é asseverada em um documento da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) mencionada por Caporal (1998):

el desarrollo económico en Brasil implica necesariamente hablar de industrialización [...] debemos considerar que la industrialización implica el

desplazamiento de una cantidad considerable de mano de obra de la agricultura a favor del medio urbano. Por lo tanto, es necesario que la masa que permanezca en la agricultura aumente su poder de compra y su productividad, a través de mejores métodos y técnicas de trabajo [...] sin lo cual la producción agrícola sufrirá una queda que puede poner en peligro la marcha de la industrialización. (ABCAR, 1962 apud CAPORAL, 1998, p. 80).

Outro fator que permite compreender esse momento é a natureza das políticas públicas direcionadas para extensão rural, que segundo Caporal (1998) são características de um Estado capitalista.

La modernización de la agricultura pasaría, desde entonces, a ser llevada a su extremo, mientras la difusión de innovaciones tecnológicas pasaría a ser la estrategia operativa básica para la práctica del extensionismo. El “crédito rural supervisado” (considerado como un crédito educativo), sería sustituido por otra modalidad de crédito, conocida como “crédito rural orientado”. Este no tenía las características de crédito integral a las necesidades de las familias, sino que se trataba de la financiación de proyectos agropecuarios, es decir, al apoyo a la introducción de tecnologías agrícolas. (CAPORAL, 1998, p. 81).

É, nesse sentido, que se destaca o início desse período de desenvolvimento brasileiro, chamado por muitos teóricos de “modernização conservadora”, pois promovia uma modernização tecnológica do meio rural sem realizar as reformas sociais estruturais necessárias. A promoção da modernização dava-se por meio da criação de organizações como a ABCAR e, mais tarde, a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) – que absorveu a ABCAR e continuou o papel de difusão de tecnologias no meio rural – além da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), responsável pela produção de tecnologias e adequação das estrangeiras às condições edafoclimáticas brasileiras, às quais seriam repassadas depois pelos técnicos da Embrater.

As orientações para essas organizações provinham de acordos do governo brasileiro com agências internacionais, grupos privados e com o departamento de agricultura do governo norte-americano. No seio desses acordos é desenvolvido o modelo de extensão rural brasileira. Esse modelo “pasaría a ser fuertemente sustentado por la teoría de la difusión de innovaciones y los principios de la modernización del agro” (CAPORAL, 1998, p. 81), alicerçado nas teorias de Everett M. Rogers e de sua psicologia comportamentalista, acreditando-se, assim, que o único caminho para o desenvolvimento passaria pela melhoria da produtividade agropecuária através da simples difusão de novas ideias e práticas

O período “produtivista modernizador” teve enorme destaque no período ditatorial militar e o declínio dos dois foi conjunto. Deflagrava-se no início dos anos de 1980 o período “crítico-reflexivo” com a intensificação das lutas sociais de uma população até então alijada das decisões dos rumos do desenvolvimento. Como alude Caporal (1998, p. 85), “en ese ambiente, también renacería la crítica al extensionismo, que repercutiría intensamente en el interior de los aparatos de extensión”.

A nova visão de uma extensão rural que se contrapusesse ao modelo anterior começava a ser formada. O livro de Paulo Freire “Extensão ou Comunicação?” revelava a problemática e contribuía na reflexão da prática extensionista no final da década de de 1960. No pensamento de Freire (2014), os profissionais inseridos no meio rural deveriam incorporar um processo dialógico de valorização dos saberes tradicionais dos agricultores com o intercâmbio de conhecimentos entre os participantes. Caporal (1998) aponta que, nesse período, tanto na reunião da associação de educação agrícola brasileira, como na reunião da associação dos professores de extensão rural, havia uma busca pela reorientação da extensão rural, voltada à solução dos verdadeiros problemas brasileiros. Contudo, em um primeiro momento, não deixou de ser direcionada a transferência de tecnologias e melhoria na gestão das propriedades agrícolas, porém o público beneficiário passou a ser as pequenas e médias propriedades

familiares, e o objetivo principal voltou-se para a erradicação da pobreza no meio rural.

As mudanças que tentaram ser introduzidas pela Embrater no extensionismo brasileiro, recebiam, em muito, as colaborações dos ambientes de debate que surgiam e a colaboração do seu novo presidente e seguidor do Paulo Freire, Romeu Padilha de Figueiredo. Como destacado, em um primeiro momento, o período “crítico reflexivo” “trataba de incorporar elementos de una base conceptual de carácter conservador”, aonde as iniciativas participativas tinham um aspecto heteronômico, de carácter simbólico de participação, servindo apenas para legitimar as decisões já tomadas (CAPORAL, 1998, p. 94).

Estaba orientada a la introducción de ‘alternativas’ tecnológicas y metodológicas, pero no proponía ninguna especie de cambio más sustancial, sino que intentaba responder a algunos problemas evidentes causados por el modelo de desarrollo rural convencional. (CAPORAL, 1998, p. 94).

A segunda parte do período “crítico reflexivo” aprofunda-se mais em sua orientação às ações extensionistas. Propõe transformações revolucionárias na realidade subjacente à extensão rural brasileira, apoiando-se no momento em que a pedagogia freiriana estava em seu enfoque mais conflitivo, voltado ao engajamento político, na qual a pedagogia da liberdade enaltecia a prática educativa como ato político. Havia, destacadamente, juntamente neste debate a luta pela reforma agrária.

Nesse período também se tentou introduzir, sem sucesso, a visão sistêmica no extensionismo rural brasileiro. Ações extensionistas deveriam considerar as propriedades rurais como um todo, não apenas como cultivos isolados, mas esta prática não se efetivou e chegou a ser motivo de anedotas entre os extensionistas (CAPORAL, 1998).

Porém, uma nova conjuntura social e econômica aparece no início dos anos de 1990. Com um cenário de crise econômica e ascensão do neoliberalismo em um processo de redução da estrutura estatal, a Embrater é extinta e a extensão rural passa a ser de responsabilidade dos estados. Essa situação teve um lado positivo, quanto a sua

reformulação mais voltada às realidades locais. Segundo Caporal (1998), nesse momento, organizações como a Emater do Paraná e, depois, a Emater do Rio Grande do Sul foram precursoras na incorporação das questões ambientais na prática extensionista, como os problemas de contaminação da fauna e flora por agroquímicos.

Para Caporal (1998) esse novo cenário traz uma nova fase do extensionismo rural – a “transição ambientalista” –, incorporada no Rio Grande do Sul, mas que também aparecia em nível nacional por intermédio dos congressos e das associações envolvidas com a extensão rural. Esta fase procurou também se contrapor à fase “produtivista modernizadora”, que trazia pacotes tecnológicos agrícolas como forma de incremento na produtividade agrícola, embora tivesse como efeito colateral sérios problemas ecológicos. Conforme documento da Associação Brasileira de Extensão Rural (ASBRAER), citado por Caporal (1998), havia uma reorientação da extensão rural para “tecnologías ‘eco-sustentables’ y menos dependientes de los insumos industriales” (ASBRAER, 1993).

Essa quarta fase defendida por Caporal (1998), da “transição ambientalista”, é a mesma que alicerça a construção da atual política pública de extensão rural, a qual é defendida pelo próprio autor enquanto consultor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É em meio a esse cenário que ressurge, em 2003, o apoio do governo federal aos serviços de extensão rural. Os teóricos desta fase atrelam suas práticas à disciplina da agroecologia e a consideram como um novo paradigma. Na extensão rural agroecológica há uma preocupação quanto ao caráter participativo, multidisciplinar, dialógico, construtivista, holístico, sistêmico e democrático (CAPORAL; COSTABEBER, 2000), todos voltados ao desenvolvimento rural sustentável.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, quanto a sua abordagem, classifica-se como predominantemente qualitativa. Conforme Godoy (1995, p. 58), “a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados”, ela apresenta as seguintes particularidades: ocorre no cenário natural,

utiliza de métodos múltiplos que são interativos e humanísticos, não é pré-configurada e pode ser considerada fundamentalmente interpretativa (ROSSMAN; RALLIS, 1998 apud CRESWELL, 2007). Estes atributos são assegurados por Godoy (1995) ao defender que a pesquisa qualitativa procura a compreensão de fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos envolvidos.

³ Disponível em: <<https://buddhi.ufpel.edu.br/diplan/projetos/relatorios.php>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Quanto ao tipo, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, que segundo Yin (2001, p. 32), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em um contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

No que diz respeito ao objetivo da pesquisa, esta se caracteriza como descritivo-exploratória, pois, segundo Barañano (2008), este tipo de estudo é indicado para responder questões do tipo “qual?”. Neste estudo, o objetivo é identificar qual abordagem extensionista predomina na FAEM/UFPEL.

Os dados utilizados para a análise são secundários, uma vez que são os resumos dos projetos de extensão. Foram obtidos 18 projetos de extensão da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), cadastrados no dia 15 de fevereiro de 2015 no Sistema de Cadastro³ da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPEL com períodos de duração referentes até o final do ano corrente, significando, aproximadamente, 3% do total de projetos de extensão da UFPEL.

Nesta delimitação do estudo, a amostragem foi realizada na FAEM por se tratar de uma unidade administrativa da UFPEL com visíveis ligações com o meio rural e com a extensão rural, visto que, oferece aos cursos da área de Ciências Agrárias a disciplina “Extensão Rural”. Quanto à delimitação do período, foi escolhido o ano corrente, por se tratar de uma pesquisa em andamento. Na fase subsequente serão realizadas entrevistas com os coordenadores dos projetos de extensão, de modo que, este recorte permita uma maior aproximação com o fenômeno natural estudado, haja vista, que se trata de uma pesquisa com abordagem qualitativa.

Os projetos de extensão universitária foram submetidos à análise de conteúdo. Para Bardin (2013), a análise de conteúdo aparece como conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A análise de conteúdo divide-se em três fases, sendo elas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2013).

Na primeira fase (pré-análise), foi realizada uma “leitura flutuante” sobre os materiais obtidos e sobre as entrevistas feitas. Enquanto que, na segunda fase (tratamento dos resultados), foram codificadas as informações contidas nos materiais, ou seja, destacaram-se trechos do texto, buscando identificar possíveis categorias temáticas nos referidos recortes. Na terceira fase, a do tratamento dos resultados e interpretação, como aponta Bardin (2013, p. 101) “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”. Após o recorte, os dados foram classificados em quatro temas principais.

Os projetos foram classificados em quatro categorias relacionadas ao referencial teórico sobre a extensão rural brasileira e as codificações identificadas na segunda fase de análise. Os projetos serão categorizados seguindo os seguintes temas: Ensino – quando as atividades forem direcionadas a público interno, neste caso aos próprios discentes da FAEM/UFPEL; Assistência Técnica – quando as atividades não possuírem caráter educativo; Extensão Diretiva – quando as atividades possuírem as características diretivas das duas primeiras fases da extensão rural brasileira elencadas por Caporal (1998); e, Extensão Dialógica – quando as atividades possuírem as características dialógicas das duas últimas fases da extensão rural brasileira elencadas por Caporal (1998).

A análise não teve auxílio de softwares, foi realizada manualmente a partir da construção de um banco de dados de todos os resumos dos projetos de extensão. Posteriormente, foram analisados os resumos, procurando por palavras-chave que os identificassem com alguma categoria. Os projetos de caráter dialógico apresentam palavras-chave como: troca de conhecimentos, construção de coletiva de conhecimentos etc. Nesse sentido, processos que primassem por um fluxo de conhecimento nos dois sentidos, nos quais universitários e o público trocassem conhecimento seriam classificados como

dialógico. Já a categoria diretiva apresenta as seguintes palavras-chave: capacitação, difusão, disseminação, informação etc., caracterizando processos extensionistas que configurassem apenas um fluxo de conhecimentos, neste caso, somente dos acadêmicos para o público.

Posteriormente, os dados foram organizados em formato de quadro para serem inferidos. Isso gerou uma leitura única e condizente com o objetivo da pesquisa. A exposição dos resultados da investigação privilegiou o texto e o entendimento da extensão pelos próprios autores dos projetos de extensão. Esse procedimento metodológico expõe os fatos manifestados e destaca valores e representações externados pelos autores dos projetos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificou-se primeiramente, na fase de leitura flutuante, já que nem todos os projetos cadastrados da FAEM na PROEX/UFPEL são propriamente de extensão, do ponto de vista da extensão rural. Dos 18 projetos cadastrados, três foram considerados como projetos de ensino e cinco como assistência técnica. Isso porque, os projetos de ensino são aqueles primordialmente destinados ao público interno, sendo que, desses três projetos encontrados, os objetivos eram distintos: produção de material didático e criação de espaço de aprendizado. Os cinco projetos de assistência técnica caracterizavam-se como a oferta de serviços, pela consultoria técnica, em temas como análise de solos, diagnose fitossanitária e instalação geotecnológica. Essa diferença entre assistência técnica e extensão rural é atentada por Peixoto (2008) ao diferenciar que extensão rural pressupõe um ato educativo ao invés de somente uma prestação de serviço.

Quadro 1 – Projetos de assistência técnica e projetos de ensino.

Projetos	Categoria
Implantação e manutenção de uma estação de monitoramento contínuo GNSS na UFPEL vinculada à RBMC	Assistência Técnica
Plantão fitossanitário	Assistência Técnica
Patologia de sementes	Assistência Técnica
Avaliação física e tomográfica de solos	Assistência Técnica

Avaliação da fertilidade do solo para fins de correção da acidez e adubação	Assistência Técnica
Análises físico-químicas do Laboratório de Nutrição Animal (LNA)	Projeto de ensino
Materiais, técnicas e projeto para construções rurais	Projeto de ensino
Digestão cultural: a pesquisa, a extensão e o ensino na Agronomia	Projeto de ensino

Fonte: Os autores (2015).

Os 10 projetos propriamente voltados à extensão universitária foram caracterizados como se esperava, por se dedicarem ao público rural. Esses projetos foram divididos em duas categorias analíticas, sendo que a categoria “Extensão Dialógica” abarcou três projetos e a “Extensão Diretiva”, sete projetos.

Quadro 2 – Projetos de extensão.

Projetos	Categoria
Conservação do solo e da água em áreas de bovinocultura leiteira na região sul do Rio Grande do Sul	Dialógica
Intercâmbio de conhecimentos para melhoria da qualidade ambiental na agricultura familiar	Dialógica
Vitivinicultura na multifuncionalidade das propriedades rurais	Dialógica
Núcleo de capacitação profissional e fomento em apicultura	Diretiva
Criação de uma página de serviços e informações do núcleo de inovação em máquinas e equipamentos agrícolas na internet	Diretiva
Planejamento e dimensionamento da frota de máquinas agrícolas na propriedade rural	Diretiva
Oficinas sobre mecanização agrícola no cultivo de arroz irrigado em assentamentos de reforma agrária	Diretiva
Curso de produção de alimentos seguros: BPFs, PPHOS e APPCC	Diretiva
Programa de desenvolvimento da bovinocultura de leite da metade sul do Rio Grande do Sul: competitividade e sustentabilidade da pecuária leiteira familiar	Diretiva
Agroindústria em pequena escala	Diretiva

Fonte: Os autores (2015).

Os projetos de extensão dialógica possuíam conteúdos que se assemelhavam a segunda e terceira fase da extensão rural brasileira, por privilegiarem a participação dos sujeitos envolvidos em um processo circular e não linear de construção do conhecimento, em que professores e agricultores trocam conhecimentos em meio a um processo dialético. Nesse sentido, destacam-se alguns trechos desses projetos comprometidos com a visão dialógica extensionista:

[...] professores, técnicos, alunos e produtores constituem-se sujeitos do ato do ensinar e aprender, e, como consequência, indutores da solução para os problemas priorizados. [...] a ação extensionista, abordando a realidade em sua plenitude, promovendo a produção e apropriação de conhecimento sem compartimentação, numa intensa participação do usuário, academia e coletividade. (PROJETO 14).

Verificar junto aos produtores a sua percepção dos fatores limitantes e das potencialidades para o desenvolvimento de suas atividades, em relação ao uso e conservação da água e do solo. (PROJETO 13).

[...] promover a integração entre profissionais do ensino, pesquisa, extensão e família rural, por meio da troca de experiências e informações técnico-científicas, visando à tomada de decisões para o desenvolvimento rural sustentável. (PROJETO 3).

Por outro lado, os outros sete projetos de extensão com viés diretivo se assemelham ao período assistencialista familiar e difusionista-modernizador, pois apresentam um fluxo unidirecional do conhecimento, caracterizado pelo saber científico e o desprezo pelos saberes tradicionais. Aparecem muito nesse modelo, termos como: capacitação, divulgação, popularização, difusão, instrução técnica. Desta forma, podemos destacar alguns fragmentos textuais dos projetos de extensão diretivos:

Divulgar resultados de pesquisa, assessorar o setor agroindustrial, promover a utilização de boas práticas de agroindustrialização. (PROJETO 17).

[...] difusão das boas práticas agropecuárias a partir das unidades participativas. (PROJETO 16).

Capacitar pessoas (profissionais e acadêmicos) para a implantação e implementação de BPFs, PPHOs e APPCC em indústrias de alimentos. (PROJETO 15).

[...] somar no conhecimento dos agricultores assentados e também dos profissionais prestadores de assistência técnica social e ambiental. (PROJETO 9).

Capacitar profissionais da área comercial dos revendedores John Deere. (PROJETO 8).

Disponibilizar ao público os resultados dos trabalhos técnicos e científicos. (PROJETO 5).

[...] profissionalização dos apicultores e da capacitação de técnicos [...] difusão e treinamento em apicultura. (PROJETO 4).

Fica evidente que os projetos de extensão universitária da FAEM/UFPeL estão alinhados com o extensionismo rural diretivo, característico do período produtivista modernizador da década de 1970, que serviam como ferramental da Revolução Verde. Apenas 30% dos projetos incorporaram o viés dialógico, que objetiva o desenvolvimento rural sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados, identificou-se que a extensão da FAEM/UFPeL aproxima-se das características da concepção extensionista diretiva, nativa do período difusionista-produtivista-modernizador do desenvolvimento agrícola. Com a devida cautela, pode-se considerar

esse mesmo cenário no restante da UFPEL e em períodos anteriores. No entanto, essas informações devem ser confirmadas com a pesquisa de campo.

A extensão rural encontrada nos projetos de extensão da FAEM/UFPEL tem como objetivo persuadir os produtores rurais a adquirirem inovações tecnológicas a fim de aumentarem a produtividade agrícola. Para isso, vale-se de conhecimentos provindos da psicologia comportamentalista, no esquema conhecido como estímulo-resposta, conseguindo mudar as práticas agrícolas para manejos conservacionistas do solo, incremento de fertilizantes e calagem do solo, bem como de agrotóxicos para o controle de pragas, e considerando o rural apenas como setor agrícola.

As reflexões propostas à extensão e ao desenvolvimento, que procuravam incorporar uma perspectiva mais humanista e crítica, além de buscarem responder aos imperativos da sustentabilidade, não estão fortemente representadas nas concepções extensionistas dos projetos da FAEM/UFPEL. Essas perspectivas procuravam a circularidade do conhecimento e sua não linearidade. Além disso, propugnavam por uma visão intersetorial do meio rural, não compreendido apenas como agrícola.

Como pode ser notado, poucos projetos de extensão propuseram uma interligação entre atividades agropecuárias e atividades não agropecuárias como forma de diversificação da renda rural dos agricultores, com exceção daqueles destinados à multifuncionalidade do meio rural, a preservação ambiental etc.

Além dessas identificações, o presente referencial teórico sobre extensão rural brasileira também permitiu perceber que existe uma confusão entre extensão e assistência técnica e entre extensão e ensino. A diferença entre assistência técnica e extensão rural, como anteriormente destacado, deve-se ao fato da extensão incorporar um processo educativo em sua atividade. Ao passo que, conforme a tríade de funcionamento da universidade, percebemos que a atividade de extensão se diferencia da atividade ensino devido à natureza do público, neste último caso, o público alvo é o interno. Dessa forma, uma universidade que ainda mantenha tais confusões possivelmente não esteja organizada para enfrentar os desafios enfrentados para

desenvolvimento rural, no que tange a suas atividades de extensão.

Outro aspecto a ser considerado é que, em uma análise mais aprofundada, deve-se procurar a natureza da composição dos membros que atuam nos projetos, a fim de verificar se estes pertencem a somente uma área de conhecimento ou se multidisciplinares, haja vista que, no sistema de cadastro, não existem projetos interunidades. Além disso, merece ser feita, no mínimo, uma análise multicaso em diferentes unidades administrativas da UFPel para se verificar se a imagem do rural – e sua respectiva forma de desenvolvimento e da extensão – ainda é sinônimo de agricultura. Isso porque, outras unidades acadêmicas podem complementar a lacuna de atividades não agrícolas que o meio rural demanda. Também, assinala-se que a natureza de algumas atividades deve ser discutida. Em uma pesquisa de campo deve-se procurar saber se os serviços prestados estão sendo cobrados, pois isso interfere diretamente no papel da extensão e na concepção de universidade.

Ressalta-se que os resultados encontrados circunscrevem-se à FAEM/UFPel. Contudo, com a devida cautela, tais resultados poderão ser considerados para efeito de inferências em outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, J. H. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

BARAÑANO, A. M. **Métodos e técnicas de investigação em gestão**. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2013.

BURSZTYN, Marcel. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 97-124, jan./jun. 1995.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Una aproximación histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el

paso del paradigma dominante. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova extensão rural. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000. p. 114-123.

CRESWELL, J. W. **Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

FAVARETO, A. da S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 33-51.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995,

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 79-134.

LISITA, F. O. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM077.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. de (Org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1/2, p.10-22, jan./dez., 2005.

ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. de (Org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

RUTTAN, V. W. Teorias de crescimento em estágios, modelos de economia dualista e política de desenvolvimento agrícola. In: ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E. (Org.). **Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas**. São Paulo: Pioneira, 1975.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR)**. 2005. 161f. Mestrado (Desenvolvimento Econômico) –Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico, Centro de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Paraná, 2005.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2000.

_____. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA, D. S. de (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 107-126.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-146, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Submetido em 15 de agosto de 2015.

Aprovado em 16 de setembro de 2015.